



**ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DO MUNICÍPIO DE LEME/SP**

**REF: EDITAL- CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 011/2025**

**PROC. ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 5.200/2025**

**IGOR ODILON BARBOSA RI PROJETOS**, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 46.226.655/0001-83, com sede na AV. FREDERICO LAMBERTUCCI, Nº 1374, CASA 1, FAZENDINHA, CURITIBA – PR, CEP 81.330-000, neste ato representada pelo Sr. IGOR ODILON BARBOSA, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade RG n.º 6.225.015-12061489 SPTC/ES e do CPF n.º 132.045.757-64, vem apresentar, **PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO**, face ao edital em referência pelos fatos e fundamentos que seguem:

**A. TEMPESTIVIDADE**

Antes de proceder à análise do mérito da presente impugnação, é necessário examinar a tempestividade da peça ora apresentada.

A sessão de lances do presente certame está agendada para o dia 18/08/2025. O instrumento convocatório estabelece que as impugnações poderão ser apresentadas pelos licitantes até o terceiro dia útil anterior à abertura da licitação, conforme traz o artigo. 164 da Lei 14.133/21:

Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

Nesse mesmo entendimento, temos a doutrinadora Maria Sylvia Zanella Di Pietro.



“Todos quantos participarem da licitação têm direito subjetivo à fiel observância do procedimento estabelecido na lei, sendo que o licitante que se sentir lesado, poderá impugnar administrativamente ou judicialmente o procedimento. Até mesmo o próprio cidadão poderá assim fazê-lo, através da participação popular no controle da legalidade do procedimento.”

De acordo com a regra de contagem de prazos estabelecida no mencionado dispositivo da Lei nº 14.133/2021, o dia da licitação (dia de início) não é contado, e o prazo se encerra no dia 13/08/2025, que, por ser o último dia do prazo, deve ser incluído. Assim, a peça de impugnação protocolizada na data presente é totalmente tempestiva.

## **B. DOS FATOS**

**O MUNICÍPIO DE LEME/SP, instaurou procedimento licitatório, na modalidade Concorrência Eletrônica, visando a “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA ELÉTRICA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MODERNIZAÇÃO E EFICIENTIZAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE LEME/SP.”**

A ora Impugnante observa a existência de vícios significativos que comprometem a integridade do processo em questão. A correção desses problemas é essencial para garantir a transparência e a legitimidade da abertura do certame e para permitir a formulação adequada das propostas.

Sem a devida retificação dos erros identificados, não é possível assegurar que o processo ocorrerá de maneira justa e eficiente, o que pode prejudicar a competitividade e a igualdade de condições entre os participantes. Portanto, é imperativo que essas falhas sejam corrigidas previamente para que se possa avançar com um processo claro e equitativo.



Considerando o claro interesse público envolvido no procedimento em questão, dada a sua relevância e amplitude, solicita-se com a máxima urgência a análise do mérito desta Impugnação por parte do(a) Sr.(a) Pregoeiro(a).

É crucial que essa avaliação seja realizada de forma célere para evitar prejuízos adicionais ao erário público, que certamente será comprometido caso o Edital permaneça em seus termos atuais. A seguir, apresentamos as evidências e argumentos que demonstram a necessidade urgente de revisão do Edital para assegurar a integridade e a eficiência do processo.

### **C. DAS RAZÕES**

De início, destaca-se que a Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), em seu artigo 23, parágrafo 1º, inciso IV, exige que, nos processos licitatórios para aquisição de bens e contratação de serviços, o valor estimado seja definido com base no melhor preço.

O inciso IV do dispositivo acima citado, especifica que uma das formas de aferição desse valor é por meio de pesquisa direta com, no mínimo, três fornecedores, mediante solicitação formal de cotação:

IV - Pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

A escolha dos referidos fornecedores deve ser justificada e as cotações não podem ter sido obtidas com mais de seis meses de antecedência à publicação do edital.



O Decreto Municipal nº 041/2023, além de adotar o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, definiu o seguinte regramento quanto à elaboração do orçamento de referência de serviços de engenharia:

Art. 29 - No procedimento de pesquisa de preços realizado em âmbito municipal, os parâmetros previstos no § 1º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, são autoaplicáveis, no que couber (...)

Art. 32 - Na elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia a serem realizadas em âmbito municipal, quando se tratar de recursos próprios, **observar-se-á como parâmetro normativo, no que couber, a Planilha de composição de Custos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas – SEDOP/PA, ou do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (SINAPI).**

Vê-se que nas contratações de serviços de engenharia, o Município adotou como parâmetro para as pesquisas mercadológicas as tabelas SEDOP/PA e SINAPI.

Entretanto, nas referências especificadas nas planilhas orçamentárias, também utilizou de cotação “PRÓPRIA”, sem demonstrar, especificar e justificar a origem dos valores cotados.

Ressalta-se, também, que a apresentação de cotações de produtos que não estejam em conformidade com as especificações do Edital é incompatível com os princípios que regem o processo licitatório, comprometendo a transparência, a competitividade e, até mesmo, o valor orçado da licitação.

Portanto, é imprescindível que a pesquisa de preços seja revista de modo a se adequar ao regramento previsto no Decreto Municipal e na Lei Federal de 3



Licitações. Além disso, a pesquisa mercadológica efetuada por cotações próprias do município deve ser divulgada, demonstrando-se que as empresas fornecedoras dos produtos cotados atendem integralmente às exigências do Edital, garantindo-se, ASSIM o atendimento ao princípio da transparência.

### **QUESTIONAMENTO Nº 1: ATESTADO**

No que tange à atestação técnica, é indispensável observar as disposições da nova Lei de Licitações, a Lei nº 14.133/2021, que estabelece normas específicas sobre a qualificação técnico-profissional e técnico-operacional no âmbito das contratações públicas. O artigo 67, em seu §1º, determina que a exigência de atestados seja limitada às parcelas do objeto da licitação que sejam consideradas de maior relevância ou de valor significativo. Tais parcelas são definidas como aquelas cujo valor individual seja igual ou superior a 4% do valor total estimado da contratação. Essa diretriz tem como objetivo evitar exigências desproporcionais ou desnecessárias, promovendo uma competição justa e equilibrada entre os licitantes.

Ao analisar o edital e sua respectiva planilha orçamentária, observa-se que o valor total estimado para a contratação é de R\$ 6.545.426,47. Assim, 4% deste montante correspondem a R\$ 261.817,06. Dessa forma, não é legalmente admissível exigir comprovação técnica para itens cujo valor individual seja inferior a esse patamar.

No entanto, ao avaliar o edital em questão, verifica-se que está sendo exigida atestação técnica específica para o fornecimento e instalação de poste de iluminação multiaplicações com dispositivos integrados de câmera de videomonitoramento (totem inteligente), cujo valor total estimado é de apenas R\$ 94.891,32 — ou seja, muito abaixo do limite de R\$ 261.817,06 estabelecido pelo §1º do artigo 67 da Lei nº 14.133/2021 para caracterização como item de maior relevância.



Além de ser juridicamente inadequada, essa exigência revela-se desproporcional e restritiva, especialmente quando se considera que o equipamento em questão — o chamado totem inteligente — trata-se de uma tecnologia recente, que ainda se encontra em fase de testes e disseminação no mercado nacional. Nesse cenário, poucas empresas detêm experiência comprovada em sua instalação, o que torna a exigência de atestado técnico não apenas incompatível com o valor do item, mas também um instrumento potencial de cerceamento da competitividade do certame.

Ressalte-se que tal prática tem sido recorrente em licitações que envolvem tecnologias emergentes, sendo utilizada como meio de restringir a participação de potenciais concorrentes, ainda que tecnicamente capacitados para executar o objeto. Essa conduta contraria frontalmente os princípios da isonomia, da legalidade e da seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública, previstos na própria Lei nº 14.133/2021.

Portanto, fica claro que tal item não pode ser considerado de maior relevância à luz da legislação vigente, sendo indevida a exigência de atestado técnico para sua execução. A manutenção dessa exigência configura afronta à Lei nº 14.133/2021 e restringe indevidamente a competitividade do certame.

Diante desse contexto, requer-se a imediata exclusão da exigência de atestado técnico referente ao item mencionado, a fim de assegurar a conformidade legal do edital, promover igualdade de condições entre os licitantes e garantir a lisura do processo licitatório.



## **QUESTIONAMENTO Nº 2: EXTENSÃO DE REDE**

Em face do edital em questão, verifica-se uma incongruência entre as exigências apresentadas e a realidade orçamentária do certame. O documento solicita que as empresas comprovem atestado de capacidade técnica em execução de obras de extensão de rede, no entanto, ao analisar a planilha orçamentária, constata-se que tal serviço não foi orçado, o que demonstra claramente que o município não terá extensão de rede a ser executada. Essa discrepância gera sérias dúvidas quanto à necessidade real da exigência, uma vez que, se não há previsão orçamentária para a execução de extensão de rede, não há razão lógica para que as empresas devam comprovar capacidade técnica para tal fim. Essa exigência desproporcional e desconectada da realidade do certame pode ser caracterizada como direcionamento, pois impõe um requisito desnecessário que pode limitar indevidamente a participação de empresas que, embora aptas a executar os serviços efetivamente demandados, não possuem específica experiência em extensão de rede. Dessa forma, requer-se a imediata exclusão desse requisito do edital, sob pena de configurar vício que macula a licitação e fere os princípios da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório. A manutenção dessa exigência sem justificativa técnica ou orçamentária consistente pode levar à ilegitimidade do certame, cabendo, portanto, sua impugnação para garantia da transparência e da igualdade entre os licitantes.

## **QUESTIONAMENTO Nº 3: IP67**

Chama a atenção para a exigência de proteção IP67 contida no edital não condiz com a realidade das luminárias de iluminação pública, visto que essa inspeção visa garantir a proteção contra imersões em água. A norma NBR IEC 60529, ao estabelecer os critérios para classificação IP, define o IP67 como um grau de proteção que garante total resistência à entrada de poeira (nível 6) e proteção contra imersão temporária em água de até 1 metro por 30 segundos (nível 7).



Entretanto, questiona-se a pertinência dessa exigência rigorosa quando aplicada ao contexto urbano. O fato de garantir proteção contra imersões em água pode ser considerado excessivo, dado que as luminárias instaladas em áreas urbanas, como vias públicas e praças, dificilmente estarão sujeitas a situações de imersão em água. Portanto, a manutenção da exigência de proteção IP67 no edital pode resultar em uma especificação técnica excessivamente rigorosa.

Além disso, considerar que a certificação IP67 é sempre superior à IP66 é um equívoco comum. Muitos produtos que possuem IP67 não atendem aos testes de jatos de água de alta pressão do IP66, tornando-os inadequados para condições de chuva intensa ou lavagem com jatos potentes, como ocorre na manutenção de vias públicas. O uso de um padrão IP66, que já oferece excelente proteção contra poeira e jatos potentes, seria mais adequado e atenderia completamente as exigências ambientais das luminárias.

É crucial considerar que a aplicação estrita dessa norma pode limitar desnecessariamente a participação de empresas no processo licitatório, já que poucas podem oferecer produtos com essa classificação específica. Além disso, essa exigência pode não agregar um benefício substancial à durabilidade ou desempenho das luminárias no ambiente urbano.

Sugerir uma revisão na especificação, e considerar as especificações como a de IP66, pode ser uma abordagem prudente para promover uma competição mais ampla entre os fornecedores e garantir que as luminárias atendam efetivamente às necessidades do contexto urbano, sem impor requisitos excessivamente restritivos.





### **CONCLUSÃO:**

Exigimos a apresentação de três empresas que possuem produtos que atendem em totalidade as exigências do edital, esta exigência está com conformidade com a Lei nº 14.133/2021 exige que as cotações em processos licitatórios sejam obtidas de fornecedores que atendam integralmente ao edital, garantindo a transparência e a competitividade.

### **CONCLUSÃO DO QUESTIONAMENTO Nº 1: ATESTADOS**

Conclui-se que a exigência de atestado técnico para o "totem inteligente" é ilegal e desproporcional, pois o valor do item (R\$ 94.891,32) está abaixo do limite legal (R\$ 261.817,06). A manutenção dessa exigência fere os princípios da isonomia e da livre concorrência, devendo ser suprimida do edital para garantir a lisura do processo licitatório.

### **CONCLUSÃO DO QUESTIONAMENTO Nº 2: EXTENSÃO DE REDE**

Diante da ausência de previsão orçamentária para serviços de extensão de rede, a exigência de comprovação técnica nesse sentido é inconsistente e desnecessária. Sua manutenção configura potencial direcionamento, ferindo os princípios da vinculação ao edital e da razoabilidade. Portanto, recomenda-se sua imediata exclusão.

### **CONCLUSÃO DO QUESTIONAMENTO Nº 3: IP67**

A exigência de proteção IP67 para luminárias urbanas é excessiva, pois não corresponde às condições reais de uso. Uma classificação IP66 seria mais adequada, equilibrando proteção, custo e disponibilidade no mercado. A manutenção do IP67 sem justificativa técnica pode restringir a concorrência e elevar custos sem benefício prático, sendo recomendável sua revisão.



#### **D. DOS PEDIDOS**

Diante do exposto, requer que:

- a)** Seja excluído do edital a exigência de atestado técnico para o “totem inteligente”;
- b)** Seja suprimido do edital a exigência de comprovação técnica para serviços de extensão de rede;
- c)** Seja revisado e excluído do edital a exigência de proteção IP67.

Curitiba, 12 de agosto de 2025.

---

**IGOR ODILON BARBOSA RI PROJETOS**  
**Igor Odilon Barbosa**

